

**Desenvolvimento e Regionalidade: uma revisão sistemática da literatura sobre o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**

Victor Silva

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Rodolfo Ferreira Maritan

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

**Resumo**

Estudos sobre desenvolvimento de determinada região contribuem para o entendimento das interações entre as organizações e a sociedade na qual elas estão inseridas, ao permitir conhecer as características que influenciam na composição destas e na gestão daquelas. Diante disso, este artigo tem como objetivo fornecer uma revisão sistemática da literatura sobre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - região do Estado de Minas Gerais. Com um material de 34 artigos científicos publicados de 2014 a 2018, verificou-se que a dimensão econômica foi a que mais recebeu atenção no período analisado, em detrimento das dimensões social e, principalmente, ambiental. Estes resultados permitiram propor pesquisas que ampliem a compreensão do desenvolvimento da região estudada.

**Palavras-chave**

Desenvolvimento regional. Regionalidade. Triângulo Mineiro. Alto Paranaíba.

## 1 Introdução

O desenvolvimento é um conceito discutido em diferentes áreas do conhecimento (BELLÙ, 2011). Inicialmente, ele foi entendido como sinônimo de crescimento econômico, isto é, preocupado com o aumento da produção ao longo de um período; com o passar dos anos, seu entendimento foi ampliado, passando a considerar também as dimensões sociais e humanas, ambientais e sustentáveis (ROCHA, 2013), apesar de o aspecto econômico ainda se ressaltar na discussão sobre a temática (FURTADO, 1974; SEN, 2000; GUIMARÃES, 2004; AMARO, 2017; BRULE et al., 2018; LARA; OLIVEIRA, 2018).

Considera-se que o caráter histórico e diverso do desenvolvimento é essencial para a compreensão da própria humanidade e da sua organização enquanto sociedade. Por isso, a sua discussão regional se torna importante. Focando na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, destaca-se, por meio de Guimarães (2004), o seu avanço de ordem infraestrutural, a sua vocação agropecuária e a sua consolidação como entreposto comercial, após a construção de Brasília.

Diante disso, o objetivo deste artigo consiste em fornecer uma revisão sistemática da literatura sobre dimensões do desenvolvimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Para tanto, norteou-se a pesquisa pela seguinte questão: o que se tem estudado e discutido sobre o desenvolvimento econômico, social e ambiental da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba? Com os resultados, propõe-se pesquisas futuras.

O artigo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se um referencial teórico, que amplia a compreensão do conceito de desenvolvimento e aborda uma contextualização da mesorregião estudada. Segue-se para a apresentação dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, a sua análise e discussão, e finaliza com as considerações finais.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Uma Compreensão sobre o Conceito de Desenvolvimento

O desenvolvimento, conforme Bellù (2011), é um conceito multidimensional por natureza, e pode ser visto como um processo de mudança, trazendo melhorias, para o próprio sistema econômico ou para alguns de seus elementos. Nisto, Rocha (2013) destaca três grandes distinções da definição de desenvolvimento: a primeira, entende o desenvolvimento como um crescimento econômico; a segunda, vê-o como desenvolvimento econômico; e a terceira, aponta para um novo desenvolvimento. Assim, a compreensão histórica do desenvolvimento parte de uma visão deste como um crescimento econômico, e avança para uma compreensão como desenvolvimento em si, tanto em termos econômicos, sustentáveis, humanos e socio-institucionais.

O desenvolvimento, então, referia-se, primeiramente, a uma mudança quantitativa na escala de economia, seja tanto do produto interno bruto quanto da renda *per capita*, e passou, posteriormente, a abranger uma mudança qualitativa que requer ajustes na economia. Tem-se, portanto, uma mudança de paradigma: antes, o fenômeno estava reduzido a uma visão econômica, ligado a estoques financeiros e à tecnologia, e passou a abranger investimentos em educação, saúde, capacidades técnicas e intelectuais das pessoas, capazes de auxiliarem no combate à pobreza (ROCHA, 2013).

Furtado (1974), por sua vez, apresentou o mito do progresso que a estrutura capitalista sustenta através de uma ideologia de integração, que mascara as disparidades e desigualdades sociais entre os países considerados desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Segundo o autor, o padrão de consumo homogêneo adicionado ao distanciamento da minoria rica das massas, e, conseqüentemente, o aumento da concentração de renda e acumulação de capital são as causas principais do subdesenvolvimento. Além disso, com a globalização, as grandes corporações deslocaram as suas produções para os países periféricos, em função da preservação do seu próprio país e da diminuição do custo operacional, resultando no aumento da lucratividade e competitividade.

Nesse contexto, o processo de desenvolvimento é caracterizado pela exclusão e agravamento das desigualdades sociais relacionado ao avanço da acumulação por meio do consumo e desperdício que a ideologia capitalista promove, resultando na exploração dos países subdesenvolvidos. Adicionado a isso, acontecem os processos irreversíveis de destruição ambiental, que reduzem o capital natural do país e que não mensurados, e, portanto, permanecem mascarados pelos números, resultados e aumentos do valor econômico dos negócios (CAVALCANTI, 2002).

Ademais, há uma incoerência referente ao conceito de desenvolvimento sobre os países que se industrializaram primeiro, e isso não deve ser transposto para os demais países de industrialização tardia. É válido ressaltar também que a criação de padrões de consumo gera o empobrecimento cultural das mais plurais nações em prol da tentativa de homogeneização cultural (FURTADO, 1974; CAVALCANTI, 2002). Portanto, o pensamento do desenvolvimento deve favorecer as múltiplas singularidades das populações e do ambiente em que elas vivem (BRULE et al., 2018).

## 2.2 A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é formada por 66 municípios, divididos em sete microrregiões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 1990), como detalhado no Quadro 1.

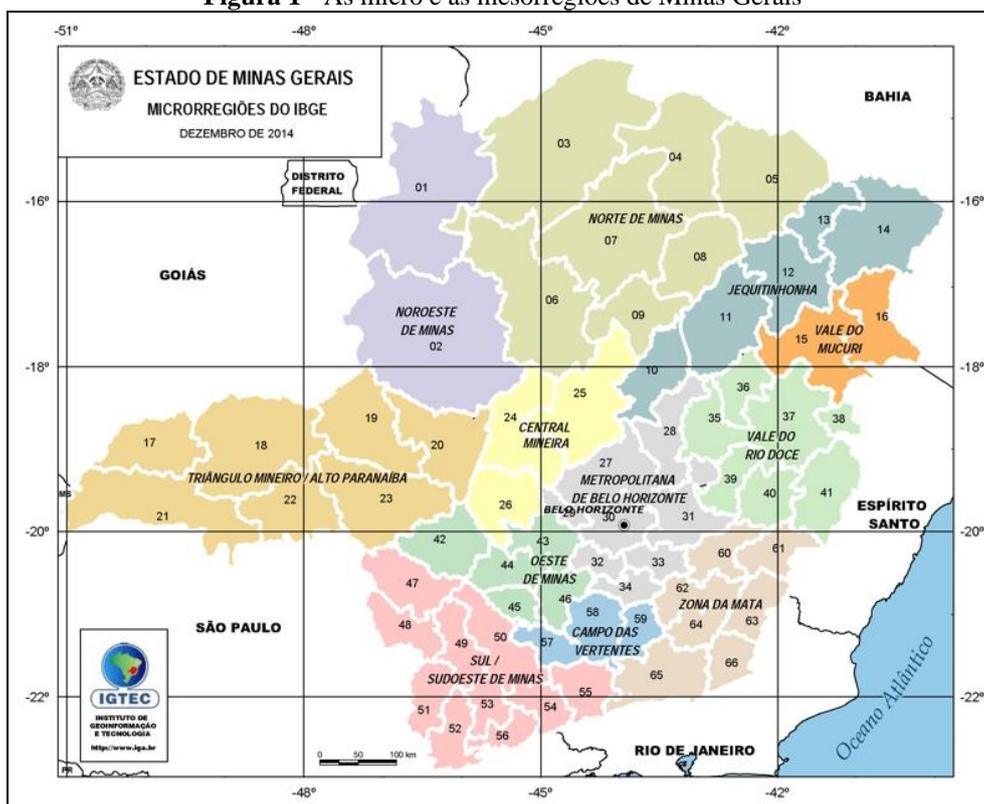
**Quadro 1** - Municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por microrregião

Mesorregião	Microrregião	Municípios
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Ituiutaba	Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiáçu, Ituiutaba, Santa Vitória.
	Uberlândia	Araguari, Araporã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara, Uberlândia.
	Patrocínio	Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Patrocínio, Romaria, Serra do Salitre.
	Patos de Minas	Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarânia, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo Tiros.
	Frutal	Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapajipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales, União de Minas.
	Uberaba	Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Uberaba, Veríssimo.
	Araxá	Araxá, Campos Altos, Ibiá, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana, Tapira.

Fonte: adaptado do IBGE (1990).

A Figura 1 ilustra a sua localização geográfica, por meio da qual é possível evidenciar sua relevância, principalmente logística, no desenvolvimento do País, ao estar entre os Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul (GUIMARÃES, 2010; SILVA, 2014).

**Figura 1** - As micro e as mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: retirado do site Estado de Minas Gerais (2019).

Guimarães (2010) e Silva (2014) ressaltam que, para consolidar a região triangulina no cenário econômico nacional como entreposto comercial e à chamada modernização nacional, foram necessárias mobilizações políticas de grupos, até então fragmentados, para obtenção de melhorias no setor administrativo, agropecuário, energético, fiscal, serviços, telecomunicações, e principalmente a participação do Estado em setores estratégicos onde o capital privado não se dispôs a atuar. Uberlândia é uma das cidades que se beneficiaram destes avanços, sobressaindo-se às demais, muito por conta da sua influência e representatividade política nos governos estadual e federal.

Após essa apresentação da compreensão do desenvolvimento e da mesorregião de estudo, detalha-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Para atender ao objetivo de fornecer uma revisão sistemática da literatura sobre dimensões do desenvolvimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, adotou-se os seguintes critérios. Em relação ao período, optou-se por abranger as publicações dos últimos cinco anos anteriores a este artigo, a saber, 2014 a 2018. Os trabalhos deveriam ser artigos

publicados em periódicos científicos com classificação Qualis CAPES na avaliação do quadriênio 2013-2016 em extratos A e B na área de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo. Os termos pesquisados foram “Triângulo Mineiro” e “Alto Paranaíba”, separadamente, combinados, cada um, com “Desenvolvimento Econômico”, “Desenvolvimento Social” e “Desenvolvimento Ambiental”. A pesquisa foi realizada, primeiramente, no repositório Spell, por conter artigos específicos da área de gestão, e, em seguida, acessou-se as bases Scielo, DOAJ e Google Scholar, escolhidas por serem abrangentes, além de permitirem um acesso gratuito.

Realizou-se uma leitura dos resumos dos artigos, para a confirmar a sua relação com o objetivo aqui proposto, e obteve-se um total de 34 artigos compondo o material para análise. A leitura completa dos artigos permitiu a sua classificação em três dimensões do desenvolvimento: econômica; social e humana; ambiental. Além disso, cada artigo classificado também foi categorizado pelo principal assunto nele abordado.

Após o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados, apresenta-se a revisão sistemática da literatura levantada.

#### 4 Análise e Discussão

Inicia-se esta seção com uma análise geral dos artigos que compuseram o material deste estudo, por meio da Tabela 1.

**Tabela 1** - Distribuição dos artigos por periódicos e anos

Periódico	Classificação Qualis CAPES	Anos					Total por periódico
		2014	2015	2016	2017	2018	
Ateliê Geográfico	B3				1		1
Caderno de Geografia	B2	1	1				2
Cadernos do Desenvolvimento	B4	1					1
Caminhos de Geografia	B3			1		2	3
CERNE	B1	1					1
Ciência Rural	B1	1					1
Desenvolvimento em Questão	B2				2		2
Economia & Região	B3					1	1
Estudo & Debate (Online)	B4					1	1
Formação (Online)	B3	1		1	1		3
Geo UERJ	B3				2		2
Geosp: Espaço e Tempo	B3			1			1
Gestão e Regionalidade	B2	1		1	2		4
Organizações Rurais e Agroindustriais	B2				1		1
Ra'e Ga: o espaço geográfico em análise	B1		1				1
Revista de Administração Pública	A2			1	1		2
Revista de Administração da UFSM	B1				1		1
Revista Brasileira de Educação e Cultura	B4		1				1
Revista Científica ANAP Brasil	B4		1				1



“Desenvolvimento”, “Desenvolvimento rural” e “Análise multivariada” estiveram presentes em dois artigos cada. As demais palavras-chave, ilustradas na Figura 2, foram usadas em um artigo cada. Isso permite considerar que os artigos abordaram múltiplos assuntos. Para um detalhamento do conteúdo, criou-se oito categorias para os artigos, com base nos seus respectivos objetivos e resultados. Esta categorização está apresentada no Quadro 2.

**Quadro 2** - Categorização dos artigos sobre a dimensão econômica

Assunto	Autores
Agronegócio	Costa e Santos (2014), Martins et al (2014), Borges e Domingues (2017), Guimarães e Pessoa (2017), Santos (2017) e Santos (2018).
Arrecadação tributária	Silva, Silva e Braga (2015), Caetano, Ávila e Tavares (2017), Leroy et al (2017), Vieira et al (2017) e Fernandes, Brunozi Júnior e Leroy (2018).
Desempenho municipal	Santos e Pales (2014), Gomes (2015) e Silva e Menezes (2018).
Empreendedorismo	Borges et al (2015).
Formação histórica	Silva e Santos (2018).
Investimentos	Bittencourt e Lima (2014) e Santos, Ferreira e Salgado (2017).
Mineração	Souza (2017).
Salário	Dalberto, Cirino e Staduto (2016).

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

A categoria “agronegócio” foi a mais abordada individualmente, com um total de seis artigos. Santos (2017) estudou a competitividade do setor sucroenergético, e verificou que o aspecto geográfico é uma estratégia competitiva importante para Uberaba e Frutal, que compõem a Região Competitiva Agroindustrial do Setor Sucroenergético. Santos (2018) complementa que, por Uberaba contar com uma agricultura científica globalizada, e especializada na produção de *commodities* destinadas ao mercado externo, a dinâmica do agronegócio na cidade torna vulnerável às decisões corporativas.

Essas mudanças ocasionadas pela industrialização e a presença de grandes empresas no agronegócio da região também são destacadas por outros estudos. Costa e Santos (2014), ao discutirem a instalação de usinas sucroenergéticas em Araguari, verificaram que a diversidade produtiva levou produtores a venderem ou arrendarem terras, alugarem equipamentos, além de alterar a dinâmica local das famílias que vivem na região, tais como uma diminuição da qualidade de vida, por conta da poluição, e o maior fluxo de veículos. Martins et al (2014), ao estudarem a bovinocultura de Patos de Minas, também perceberam mudanças estruturais, por conta da tecnologia, inovação e logística, destacando a diminuição de empresas rurais e o aumento de certificações ambientais.

Guimarães e Pessoa (2017) focaram nos agricultores familiares produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas, concluindo que eles vêm sofrendo com a expansão das monoculturas e com os grandes produtores, o que, segundo os autores, precisará de uma maior atenção do poder público a fim de fomentar o desenvolvimento regional por meios dessa cadeia produtiva familiar. Com o enfoque na estratégia, Borges e Domingues (2017) estudaram as estratégias de crescimento de cooperativas agrícolas e agropecuárias, comparando as regiões do Triângulo Mineiro/MG e Campos Gerais/PR. Os autores verificaram um uso em maior grau da estratégia de crescimento interno, e em menor grau a estratégia de crescimento via aquisição. De um modo geral, eles ainda destacam que ambas as regiões utilizaram o ciclo adaptativo, que consiste em uma adaptação estratégica ao ambiente visando solucionar os problemas de ordem empresarial, tecnológica e administrativa.

A categoria “arrecadação tributária” tem um total de cinco artigos. Silva, Silva e Braga (2015) avaliaram a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nas receitas e despesas dos municípios mineiros da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Como resultado, os autores viram que há muitos municípios que apresentaram dificuldades em controlar suas finanças a fim de atender as diretrizes da Lei, isto é, ajustar as contas para que as despesas sejam inferiores às receitas, tendo um equilíbrio fiscal e um direcionamento de recursos a serviços básicos para o cidadão. Tal resultado é relevante, quando se considera o estudo de estudo de Vieira e outros (2017) que revelou uma forte relação entre o esforço fiscal municipal e o seu desenvolvimento. Os achados de Leroy e outros (2017) reforçam isso, pois eles verificaram que os municípios de maior potencial arrecadatório apresentam melhores desempenhos socioeconômicos, tendo a região estudada uma concentração de municípios com maiores indicadores.

Contudo, a heterogeneidade entre arrecadação tributária e o desempenho é explicitada por outros estudos. Fernandes, Brunozi Júnior e Leroy (2018) analisaram os efeitos dos diferentes desempenhos tributários nos índices de desenvolvimento econômico e social nos municípios mineiros, e verificaram que há muita heterogeneidade entre eles, indicando uma falha na gestão. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui um dos maiores montantes arrecadados de tributos por esforços próprios e por transferências constitucionais, entretanto, não possuíam os melhores índices de desenvolvimento social no Estado. Ou seja, ser um município com elevada arrecadação tributária não é sinônimo de boa relação com o desempenho tributário, e, conseqüentemente, com os índices de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, Caetano, Ávila e Tavares (2017), destacaram ainda que não há relação entre o grau de autonomia financeira com investimento em educação, indicando a necessidade de gestores municipais priorizarem o financiamento educacional eficiente.

A categoria “desempenho municipal” foi o assunto de três artigos. Santos e Pales (2014) fizeram um estudo comparativo entre algumas regiões do Estado de Minas Gerais, e constataram que as condições atuais das regiões é um reflexo de decisões estratégicas de desenvolvimento adotadas anteriormente. No caso da região triangulina, o mercado, a parceria entre iniciativas públicas e privadas, aliados à localização estratégica, subsidiaram a sua posição de destaque com economias dinâmicas. Estes achados são reforçados no estudo de Gomes (2015), ao destacar o desempenho de Uberaba. Já o trabalho de Silva e Menezes (2018) identificou que a região possui uma vantagem competitiva por suas indústrias ligadas ao extrativismo mineral, comunicação, material elétrico, que, no entanto, não tem se especializado, apresentando uma variação negativa quanto aos empregos.

O “empreendedorismo” é o assunto do artigo de Borges e outros (2015). Os autores procuraram compreender as particularidades do empreendedorismo religioso, pesquisando empresas de três cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Dentre os destaques, está a pluralidade religiosa e a motivação e oportunidade que estas oferecem para a criação do negócio. Por sua vez, o trabalho de Silva e Santos (2018) tem como assunto a “formação histórica”. Os autores analisaram a formação e o desenvolvimento do Triângulo Mineiro, ressaltando a centralidade dos municípios de Uberaba e Uberlândia. Enquanto Uberaba exerceu, por muitos anos, a função de entreposto comercial, e passou a ter como uma das suas principais atividades econômicas a criação de gado Zebu, Uberlândia passou a exercer um papel comercial muito importante na região, principalmente por conta da sua articulação com São Paulo, em termos produtivos e comerciais, além da relevância na

educação, por conta da Universidade Federal de Uberlândia, e dos investimentos que foram feitos nos últimos anos, tornando

Dois artigos foram categorizados no assunto “investimentos”. O de Bittencourt e Lima (2014) analisaram as interferências e investimentos realizados nas zonas rurais da região. Eles constataram que houve um incremento na renda e na produção da região, mas aumentou as discrepâncias entre o desenvolvimento de algumas cidades, algo também observado no estudo de Santos, Ferreira e Salgado (2017), que, inclusive, ressaltaram um número muito maior de municípios considerados “desfavoráveis” ou “muito desfavoráveis” do desenvolvimento rural. Há, ainda, o artigo de Souza (2017), que abordou sobre a “mineração”, em específico, o seu papel histórico de agente modernizador da região. Por fim, o artigo de Dalberto, Cirino e Staduto (2016) abordaram sobre “salário”, destacando a presença de economias de aglomeração, principalmente por especialização. Assim, os salários mais altos tendem a estar associados às cidades onde a indústria é mais especializada.

Em uma discussão geral sobre esta dimensão, considera-se que os estudos acima analisados destacaram a relevância econômica do agronegócio para a região, que conta com a presença de grandes empresas e do uso de técnicas científicas especializadas. Contudo, essas atividades, somada à arrecadação tributária e aos investimentos recebidos, contribuem para a existência de diferenças e desigualdades no desenvolvimento entre os municípios. Assim, há as cidades consideradas centrais, com melhores salários, mas há as cidades em situação desfavorável ao desenvolvimento, principalmente se observar a população que vive e depende do campo, como os agricultores familiares, que não conseguem competir com as grandes empresas, e, em consequência, a condição de vida piora.

#### 4.2 Dimensão Social e Humana

A dimensão social e humana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi estudada por 11 artigos na amostra considerada. Para uma visão geral do conteúdo destes artigos, apresenta-se, na Figura 3, uma nuvem das suas palavras-chave.

Figura 3 - Nuvem das palavras-chave dos artigos sobre a dimensão social e humana



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Ao todo, foram usadas 39 palavras-chave diferentes. “Minas Gerais” foi a única que se repetiu, sendo utilizada em dois artigos. As demais palavras-chave, ilustradas na Figura 3, foram usadas em um artigo cada. Assim como observado na dimensão econômica, os artigos da presente dimensão também tiveram múltiplos assuntos. Assim, detalha-se, no Quadro 3, as cinco categorias criadas para estes artigos.

**Quadro 3** - Categorização dos artigos sobre a dimensão social e humana

Assunto	Autores
Condições de e no trabalho	Freitas e Ferreira (2015), Mendes e Oliveira (2015), Gonçalves e Mendonça (2016), Boessio e Doula (2017) e Cleps e Amorim (2018).
Condições sociais	Alves e Silva (2015), Dutra Júnior (2016) e Oliveira, Costa e Ribeiro Filho (2017).
Migração	Silva (2015).
Participação cidadã na gestão pública	Sabioni et al (2016).
Pessoas com deficiência	Baptista e Rigotti (2014).

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

A categoria “condições de e no trabalho” foi a mais abordada individualmente, com um total de cinco artigos. Freitas e Ferreira (2015) investigaram as condições de trabalho e renda dos catadores de materiais recicláveis em lixões a céu aberto no Estado, e verificaram que há a necessidade de implantar uma gestão sustentável, participativa e autogeridas, já que poucos trabalham de forma associativa. Na região, a maioria dos catadores são adultos, tendo mais do sexo masculino. Já Cleps e Amorim (2018) analisaram os empreendimentos econômicos solidários. Na região, esses empreendimentos são voltados para a produção de gêneros alimentícios, de artesanato e prestação de serviços financeiros ou comunitários, tendo uma participação de homens maior do que é visto no estado de Minas Gerais. O caráter burocrático para a implantação de qualquer empreendimento no país faz com haja um predomínio de empreendimentos informais, e, na região, a Universidade Federal de Uberlândia tem desenvolvido projetos de pesquisa e extensão para contribuir para a formalização dos empreendimentos.

Outros aspectos do trabalho também são considerados. O estudo de Gonçalves e Mendonça (2016) compreendeu a reorganização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG. Eles destacam que, a partir da década de 1990, houve mudanças na atividade garimpeira, por conta dos seus problemas ambientais, mudanças na legislação minerária, ambiental e trabalhista e o controle empresarial da garimpagem, gerando desemprego, que levou à formação de cooperativas e sindicato. O processo de sucessão nas propriedades de cooperados de Patrocínio/MG foi o foco do estudo de Boessio e Doula (2017). Os autores verificaram falhas nas atividades de capacitação sobre a gestão das propriedades por elas dirigidas, o que impacta no preparo e desejo para ser um sucessor, já que os filhos das famílias cooperadas não querem ficar em um meio rural pouco rentável ou desenvolvido. Por fim, Mendes e Oliveira (2015) focaram na qualidade nutricional das refeições consumidas por trabalhadores de uma agroindústria, constatando a necessidade de implementar um sistema alimentar que beneficie o trabalhador do campo, já que se encontram em situação de maior vulnerabilidade aos agravos nutricionais, tanto por conta da atividade laboral que exercem, quanto pela baixa remuneração que recebem.

A categoria “condições sociais” contou com três artigos. Alves e Silva (2015) apresentaram algumas considerações sobre a situação das dimensões básicas à reprodução social, por meio de um estudo nas cidades de Frutal e São Gotardo. Os autores verificaram que, em ambas as cidades, as condições socioeconômicas são relativamente boas, sem graves problemas sociais, apesar de existir entraves no planejamento urbano. A agricultura moderna, predominante nas duas cidades, condiciona a dinâmica e a organização intraurbana, além de aspectos como a migração e a supremacia de homens no campo. Dutra Júnior (2016) e Oliveira, Costa e Ribeiro Filho (2017) analisaram a vulnerabilidade em cidades da região. O primeiro artigo estudou o aspecto socioambiental de Ituiutaba, pelo qual observou que alguns bairros sofrem com enchentes corriqueiras nos meses iniciais do ano, residências que não possuem rede de esgoto sanitário adequada, além do descarte irregular do lixo. O estudo também ressaltou a negligência da gestão pública. Já o segundo artigo destacou as disparidades intra e inter-regionais em Minas Gerais. Por conta da urbanização, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é uma das regiões com menores níveis de vulnerabilidade social.

Silva (2015) abordou a “migração” na cidade de São Gotardo/MG. Apesar de destacar a migração maranhense, o autor ressalta que, a partir da década de 1980, outros grupos migrantes foram atraídos para a região. Ele também destaca a criação e o desenvolvimento de uma rede social migratória baseada nas relações de parentesco e de compadrio, facilitando o descolamento de parentes e conhecidos para trabalhar em Minas Gerais, além de mostrar que não há uma ruptura total com a cultura originária. Sabioni e outros (2016) abordaram a “participação cidadã na gestão pública”. Os autores ressaltaram que o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é a região do Estado com as condições mais favoráveis à participação da sociedade, enquanto outras regiões possuem muitas disparidades. Por fim, Baptista e Rigotti (2014) abordaram sobre as “pessoas com deficiência”, destacando o crescimento dessa população no censo de 2010, quando comparado com o censo de 2000. Uberaba e Uberlândia estão entre os dez municípios com o maior número de deficientes, relacionado com o acúmulo de anos de vida, bem como um padrão do tamanho dessa população acompanhar o tamanho da população total.

Em uma discussão geral sobre esta dimensão, considera-se que os estudos acima analisados destacaram avanços e potenciais da região, em que, contudo, desigualdades ainda se fazem presentes. Por conta do desenvolvimento econômico e regional, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba acabou tendo vantagens em relação às demandas das pessoas, reduzindo a vulnerabilidade social. Contudo, o desenvolvimento foi acompanhado da exploração da mão de obra de pessoas da localidade e de migrantes, não tendo preocupações com a questão das interações sociais, tanto das diferenças culturais quanto de outros aspectos, tais como o desemprego. Ressalta-se que, neste desenvolvimento social e humano, é preciso considerar a importância da participação ativa social nas políticas públicas, pois, mesmo tendo condições favoráveis a isso, não há um incentivo para tal.

### **4.3 Dimensão Ambiental**

A dimensão ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi estudada por 3 artigos na amostra considerada. Para uma visão geral do conteúdo destes artigos, apresenta-se, na Figura 4, uma nuvem das suas palavras-chave.

**Figura 4** - Nuvem das palavras-chave dos artigos sobre a dimensão ambiental



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Ao todo, foram usadas 11 palavras-chave diferentes. Contudo, nenhuma se repetiu. Ou seja, as palavras-chave, ilustradas na Figura 3, foram usadas em um artigo cada. Consonante a isso, cada artigo recebeu uma categorização diferente, como mostrado no Quadro 4.

**Quadro 4** - Categorização dos artigos sobre a dimensão ambiental

Assunto	Autores
Perfil histórico de incêndios florestais em Minas Gerais.	Pereira et al (2014)
Reciclagem e reaproveitamento de materiais.	Lopes e Pompeu (2015)
Responsabilidade ambiental empresarial no agronegócio	Alcântara et al (2017)

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Pereira e outros (2014) abordaram o “perfil histórico de incêndios florestais em Minas Gerais”. Ao analisar os dados de 1999 a 2009, os autores constataram que o período de julho a novembro é considerado crítico no Estado. Eles destacam que o uso do fogo é comum em regiões onde a agricultura é praticada com menor grau de tecnificação, visando a limpeza do pasto e da área, o que acaba reduzindo o potencial produtivo da vegetação nativa. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período analisado, foi considerado uma área de menor incidência de focos de incêndios.

Os artigos de Lopes e Pompeu (2015) e de Alcântara e outros (2017) estudaram algumas ações relacionadas à dimensão ambiental. O primeiro abordou a “reciclagem e reaproveitamento de materiais” na cidade de Prata/MG. Os autores destacaram o incentivo da gestão pública para o reaproveitamento das garrafas PETS, por meio da produção de enfeites natalinos, ação que também promove lazer e convívio social. Já o segundo artigo teve como assunto a “Responsabilidade ambiental empresarial no agronegócio”. No estudo, a maioria das empresas negligenciaram que as suas atividades causam impactos ambientais, não se preocupando efetivamente com a educação e conscientização ambiental e nem realizaram atividades voltadas para a sustentabilidade ambiental. Para os autores, esses achados indicam um baixo comprometimento com o meio ambiente, em que as ações realizadas parecem ter o intuito de evitar conflitos com órgãos ambientais e de reduzir custos da empresa.

Em uma discussão geral sobre esta dimensão, considera-se que os estudos acima analisados destacaram uma pouca preocupação ou conscientização da sociedade e, em específico, das organizações quanto à questão ambiental e sustentável. Por outro lado, ações podem ser realizadas no intuito de melhorar esse retrato, inclusive àquelas mais simples e pontuais, como a reciclagem ou o reaproveitamento, tendo apoio e incentivo da gestão pública. Além disso, a comparação entre os Quadros 2, 3 e 4 permite considerar que, dentre as dimensões do desenvolvimento, a ambiental foi a que menos teve atenção das pesquisas no período analisado, considerando os critérios desta revisão sistemática.

## **5 Considerações Finais**

O objetivo da presente pesquisa foi fornecer uma revisão sistemática da literatura sobre as dimensões do desenvolvimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Com as análises e discussões apresentadas, considera-se que este objetivo foi alcançado, permitindo conhecer o que se tem estudado e discutido sobre o desenvolvimento econômico, social e ambiental desta região. Pelos 34 artigos analisados, verificou-se que a dimensão econômica se destaca, e isto se alinha com a própria compreensão do conceito de desenvolvimento, que muitas vezes é visto apenas por meio deste enfoque. Assuntos como a relevância do agronegócio, as diferenças na arrecadação tributária e de investimentos recebidos foram abordados e indicaram a existência de desigualdades econômico-sociais na região, tema mais detalhado nos artigos da dimensão social e humana. Por fim, verificou-se que a dimensão ambiental precisa de mais atenção, tanto da academia quanto das gestões pública e privada.

Neste sentido, sugere-se pesquisas futuras que aprofundem sobre a dimensão socioambiental da região, tais como: os impactos do agronegócio e do extrativismo na vida das pessoas e no ambiente; as manifestações culturais, sobretudo as relacionadas ao agronegócio e às religiões; as formas, condições e significados dos diferentes trabalhos no campo e na cidade; o uso e a ocupação dos espaços de lazer existentes, como parques, centros de compra, e outros; as práticas ambientalmente responsáveis e também irresponsáveis, de iniciativa pública e privada; a importância da economia solidária para o desenvolvimento sustentável; e a compreensão dos cidadãos de diferentes municípios sobre a sua dinâmica do desenvolvimento e das desigualdades nela presentes.

Ressalta-se que os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, em específico, os termos de busca, limitaram os seus resultados. Como forma de superar essa limitação, sugere-se levantamentos ou revisões da literatura que foquem em cidades específicas da região, a citar Uberlândia como exemplo, de forma a permitir compreender a sua relevância para o que se entende, pesquisa e discute sobre desenvolvimento no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

## **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## **Referências**

ALCÂNTARA, V. C. et al. Modelo de avaliação da responsabilidade ambiental empresarial aplicado a cadeia produtiva do agronegócio: análises, considerações e críticas. **ReA USFM - Revista de Administração da UFSM**, v. 10, n. 03, p. 493-513, 2017.

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Ra'e Ga: o espaço geográfico em análise**, v. 35, p. 07-37, 2015.

AMARO, R. R. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 75-111, 2018.

BAPTISTA, E. A.; RIGOTTI, J. I. R. Minas Gerais e sua população de deficientes: um estudo a partir dos censos demográficos de 2000 a 2010. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 41, p. 98-118, 2014.

BELLÙ, L. G. **Development and Development Paradigms: a (reasoned) review of prevailing visions**. Food and Agriculture Organization of the United Nations: EASYPol. 2011.

BITTENCOURT, G. M.; LIMA, J. E. Perfil do desenvolvimento rural dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Gestão e Regionalidade**, v. 30, n. 89, p. 4-19, 2014.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Sucessão familiar e cooperativismo agropecuário. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 433-458, 2017.

BORGES, A. F. et al. Empreendedorismo Religioso: Um Estudo sobre Empresas que Exploram o Nicho da Religiosidade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 5, p. 565-583, 2015.

BORGES, A. F.; TAKEMOTO, S. N. C. Inovação no setor de cachaça artesanal: estudo de caso. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 79-99, 2019.

BORGES, G. M.; DOMINGUES, C. R. Estratégias de crescimento de cooperativas agrícolas e agropecuárias: estudo de casos comparados da região do Triângulo Mineiro/MG e dos Campos Gerais/PR. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 19, n. 1, p. 8-22, 2017.

BRULE, D. M. et al. Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento de uma perspectiva multidimensional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 5-20, 2018.

CAETANO, C. C. R.; AVILA, L. C. C.; TAVARES, M. A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 5, p. 897-916, 2017.

CLEPS, G. D. G.; AMORIM, P. H. S. A economia solidária e sua expansão na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG. **Caminhos de Geografia**, v. 19, n. 67, p. 349-360, 2018.

COSTA, R. S.; SANTOS, R. J. As territorialidades da cana e seus impasses jurídicos em Araguari/MG. **Formação (Online)**, v. 21, p. 100-123, 2014.

DALBERTO, C. R.; CIRINO, J. F.; STADUTO, J. A. R. Especialização *versus* diversificação: economias de aglomeração e seus impactos sobre os salários industriais em Minas Gerais. **Gestão e Regionalidade**, v. 32, n. 95, p. 143-159, 2016.

DUTRA JÚNIOR, N. P. S. Vulnerabilidade socioambiental em Ituiutaba-MG. **Formação (Online)**, v. 3, n. 23, p. 163-186, 2016.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Geografia**. 2019. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conheca-minas/geografia>. Acesso em: 02 maio 2019.

FERNANDES, C. M.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C.; LEROY, R. S. D. Desempenho tributário e desenvolvimento econômico e social em municípios mineiros. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 13, n. 01, p. 74-93, 2018.

FREITAS, D. G.; FERREIRA, F. P. M. Perfil dos catadores de materiais recicláveis nos lixões de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 01-15, 2015.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GOMES, M. T. S. Dinâmica econômica e cidades médias: uma análise sobre a cidade de Uberaba na região do Triângulo Mineiro. **GeoUSP: Espaço e Tempo**, v.19, n. 3, p. 516-534, 2016.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MENDONÇA, M. R. A vida pode mudar com a virada da peneira: território e trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel - Minas Gerais. **Caminhos de Geografia**, v. 17, n. 59, p. 177-206, 2016.

GUIMARÃES, A. R.; PESSÔA, V. L. S. (Re)existência dos produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas (MG). **Geo UERJ**, n. 31, p. 621-647, 2017.

GUIMARÃES, E. N. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269\\_1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf). Acesso em: 01 maio 2019.

LARA, L. G. A.; OLIVEIRA, S. A. Sociedade de Decrescimento: uma resposta para o Desenvolvimento (In)sustentável? **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 5, n. 13, p. 684-722, 2018.

LEROY, R. S. D. et al. Estrutura arrecadatória e desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 164-201, 2017.

LOPES, A. F. A.; POMPEU, D. S. S. Sustentabilidade ambiental e o reaproveitamento de garrafas pets na produção de enfeites natalinos na cidade de Prata-MG. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 8, n. 11, p. 18-29, 2015.

MARTINS, H. C. et al. Os impactos da difusão tecnológica na bovinocultura leiteira: um estudo dos integrantes da cadeia agroindustrial do leite em um município de Minas Gerais. **Ciência Rural**, v. 44, n. 6, p. 1141-1146, 2014.

MARTINS, H. C. et al. Os impactos da difusão tecnológica na bovinocultura leiteira: um estudo dos integrantes da cadeia agroindustrial do leite em um município de Minas Gerais. **Ciência Rural**, v. 44, n. 6, p. 1141-1146, 2014.

MENDES, G. M.; OLIVEIRA, T. C. Caracterização socioeconômica, antropométrica e avaliação da qualidade da alimentação de trabalhadores de uma agroindústria da região do Alto Paranaíba - MG. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 3, n. 4, p. 11-19, 2015.

OLIVEIRA, D. L. C. M. A participação do município de Uberlândia (MG) na divisão territorial do trabalho no contexto do agronegócio. **Formação (Online)**, v. 26, n. 47, p. 121-140, 2019.

OLIVEIRA, L. P.; COSTA, E. P. V. S. M.; RIBEIRO FILHO, V. Uma análise da vulnerabilidade social das microrregiões geográficas do estado de Minas Gerais, Brasil. **Geo UERJ**, n. 30, p. 58-75, 2017.

PEREIRA, A. A. et al. Frequência espaço-temporal dos focos ativos em Minas Gerais durante o período de 1999 e 2009. **CERNE**, v. 20, n. 3, p. 459-469, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. **Agronegócio**, Uberaba, 2017a. Disponível em: [http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/agricultura/arquivos/dados\\_sagri.pdf](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/agricultura/arquivos/dados_sagri.pdf). Acesso em: 25 maio 2019.

ROCHA, H. Dominant Development Paradigms: a review integration. **Journal of Markets & Morality**, v. 16. N. 1, p.7-24, 2013.

SABIONI, M. et al. Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, p. 477-500, 2016.

SANTOS, G. R.; PALES, R. C. Estratégias de desenvolvimento em Minas Gerais: uma análise comparada das macrorregiões de planejamento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 14, p. 163-185, 2014.

SANTOS, H. F. A dinâmica do agronegócio e a consolidação de uma agricultura científica globalizada no município de Uberaba (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 61, p. 200-218, 2018.

SANTOS, H. F. A dinâmica do agronegócio e a consolidação de uma agricultura científica globalizada no município de Uberaba (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 61, p. 200-218, 2018.

SANTOS, H. F. Competitividade regional do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Formação (Online)**, v. 1, n. 25, p. 5-37, 2017.

SANTOS, L. F.; FERREIRA, M. A. M.; SALGADO, R. J. S. F. Desenvolvimento rural dos municípios de Minas Gerais: fatores determinantes e hierarquização. **Gestão e Regionalidade**, v. 33, n. 97, p. 83-99, 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, D. A. C. As experiências e a reconfiguração das identidades dos migrantes maranhenses em São Gotardo-MG. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, n. 12, p. 01-17, 2015.

SILVA, D. M.; MENEZES, G. R. Análise Shift-Share: um estudo para as microrregiões mineiras no período 2005-2015. **Estudo e Debate (Online)**, v. 25, n. 1, p. 170-191, 2018.

SILVA, J. P. G. **As políticas públicas de planejamento e o desenvolvimento urbano de Uberlândia (MG)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SILVA, L. L.; SILVA, L. L.; BRAGA, J. A. Q. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nas receitas e despesas dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais, Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 2, p. 26-40, 2015.

SILVA, L. N. F.; SANTOS, M. B. S. Formação e desenvolvimento do Triângulo Mineiro: aspectos econômicos, educacionais e tecnológicos. **Economia e Região**, v. 6, n. 1, p. 81-105, 2018.

SOUZA, R. C. M. A mineração na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: agente de modernização e formação de fronteira. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 3, p. 21-33, 2017.

VIEIRA, M. A. et al. Implicações do esforço de arrecadação no desempenho socioeconômico dos municípios de Minas Gerais. **Gestão e Regionalidade**, v. 33, n. 99, p. 21-38, 2017.